Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo
Conselho Fiscal

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000618/2024-83

Interessado: Conselho Fiscal

Assunto: Ata da 173ª Reunião Ordinária

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 9h30, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – SP-PREVCOM, no formato híbrido. Participaram, de forma virtual, os Conselheiros Demetrius Queiroz do Rêgo Barros, Presidente do Conselho Fiscal, Adriana Azevedo Pannunzio, André Arcas de Souza e Leonardo José Mattos Sultani, membros titulares, bem como Mônica Esposito de Moraes Almeida Ribeiro e Tiago José Kich Temperani, suplentes. Pela Fundação, participaram virtualmente Sylvio Eugenio de Araujo Medeiros, Diretor-Presidente; Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro, Diretor de Tecnologia da Informação; Hugo Lancarter Mol, Diretor de Investimentos; Renné Flud Bueno, Gerente de Investimentos; e Sadrak Alves de Lima, Assessor da Presidência. Presencialmente, participaram Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa; Tatiana Nunes Simões, Supervisora da Equipe Contábil e Tributária; Pedro Yukimitsu Ribeiro Tokuzumi e Lívia Arruda Magalhães, Assessores Administrativos; Renata Simões de Souza, Assessora-Chefe de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade; Sueli Meschke Mendes Starke Rodrigues, Chefe da Auditoria Interna; e Paulo Alessandro da Silva Bueno, Secretário Executivo. O Presidente Demetrius declarou aberta a reunião, verificou a existência de quórum, deu boas-vindas e submeteu à apreciação a Ata da 172ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, que foi aprovada sem ressalvas. Prosseguindo com a **pauta, Demetrius deu início ao segundo item, Investimentos – Movimentação do mês de julho** de 2026, e passou a palavra ao Diretor Hugo para apresentação do relatório. Hugo informou que a carteira consolidada encerrou julho com patrimônio investido da ordem de R$ 5,4 bilhões e rentabilidade de 0,89%, frente à meta de referência de 0,47%, tendo todos os planos superado suas respectivas metas no mês. Apresentou a evolução da matriz de risco e retorno, destacando o deslocamento dos planos para regiões de menor risco e maior retorno e a permanência de diferenças entre os resultados em razão da composição das carteiras, especialmente da exposição a Fundos de Investimento em Participações – FIPs. Nos horizontes acumulados, ressaltou que diversos planos já superavam, em doze meses, a mediana da amostra da consultoria Aditus, de 13,88%, embora a carteira consolidada ainda permanecesse abaixo desse referencial, e que, no horizonte de 36 meses, a rentabilidade correspondia a aproximadamente 120% da meta, ainda abaixo do CDI, em razão do elevado patamar das taxas de juros observado nos últimos anos. Informou que a carteira mantinha predominância de renda fixa, equivalente a aproximadamente 87% dos investimentos, com exposições relevantes a ativos referenciados ao CDI e a NTN-Bs, registrando desempenho desfavorável no mês nos segmentos de investimentos no exterior e fundos imobiliários. Na análise dos fundos e gestores, Hugo informou que os investimentos no exterior administrados pela Gama e Tivio já haviam sido integralmente resgatados em agosto e que a Diretoria estudava a redução gradual da exposição a fundos imobiliários. Em renda fixa, relatou que a maior parte dos fundos apresentava retornos próximos ou superiores aos

referenciais acompanhados, destacando como exceção o fundo sob gestão da Vinci, cuja carteira possui ativos de infraestrutura e horizonte de maturação mais longo. O Conselheiro André questionou a intenção da Diretoria quanto à manutenção desse investimento, tendo Hugo esclarecido que a aplicação era recente, encontrava-se em fase de maturação e apresentava carteira considerada sólida, razão pela qual, naquele momento, a estratégia era mantê-la e aprofundar a análise de seus ativos. O Presidente Demetrius questionou, ainda, o desempenho da carteira Bela Cintra, tendo Hugo explicado que parcela relevante dos ativos correspondia a NTN-Bs marcadas na curva, contratadas a taxas reais em torno de 5,7%, circunstância que limitava a comparação de sua rentabilidade de curto prazo com fundos de maior liquidez. Quanto à renda variável, Hugo informou que o Itaú Inflation Equity e o AZ Quest Small Caps permaneciam sob avaliação e que eventual revisão das alocações poderia ser realizada no contexto dos novos estudos de fronteira eficiente. No segmento estruturado, relatou reuniões e visitas realizadas pela equipe com gestores dos FIPs para aprofundamento da análise das empresas investidas, destacando que, embora os ativos avaliados apresentassem fundamentos considerados adequados, havia possibilidade de os prazos de desinvestimento superarem inicialmente aqueles esperados, sem que isso implicasse, naquele momento, expectativa de perda econômica, motivo pelo qual seria realizado estudo específico do segmento. Hugo apresentou também as principais movimentações do período, destacando arrecadação mensal de aproximadamente R$ 59,5 milhões, além de valores decorrentes de portabilidades, dividendos e duas chamadas de capital do FIP Spectra VI, de R$ 945 mil cada. No acumulado de janeiro a julho de 2026, informou que a destinação de recursos alcançou aproximadamente R$ 639,7 milhões, sendo R$ 290,7 milhões destinados a fundos caixa referenciados ao CDI, R$ 25 milhões a chamadas de capital e R$ 324 milhões a novos aportes. Relatou aumento expressivo dos resgates de participantes em julho, próximo a R$ 19 milhões, concentrado principalmente em determinados planos e patrocinadores, esclarecendo, em resposta a Demetrius, que parte das saídas decorria de programas de desligamento, embora a Diretoria não dispusesse, naquele momento, do detalhamento de todas as causas. Apesar das saídas do mês, registrou crescimento de aproximadamente 23% dos recursos garantidores no período comparativo acompanhado e desempenho satisfatório do Plano de Gestão Administrativa – PGA, cuja carteira permanecia predominantemente atrelada ao CDI. Quanto aos enquadramentos e às movimentações estruturais da carteira, Hugo informou que o desenquadramento gerencial anteriormente identificado no fundo Itaú Institucional Optimus, cuja participação da PREVCOM alcançara 27,4% do patrimônio líquido do fundo frente ao limite interno de 25%, havia sido sanado mediante resgate integral, no valor aproximado de R$ 186,3 milhões, com realocação dos recursos em NTN-Bs com vencimentos em 2030 e 2050. Informou, ainda, o resgate do Itaú Institucional Global Dinâmico, com realocação em NTN-Bs de 2033 e 2055, e relatou situação identificada no BTG Pactual Crédito Corporativo envolvendo exposição indireta decorrente de posição vendida em ações utilizada como hedge de instrumentos de crédito com característica híbrida; após os esclarecimentos do gestor, a operação foi desmontada, não permanecendo desenquadramento nos veículos institucionais. Comunicou também que o Comitê de Investimentos recomendara a destituição da gestora Polo no Fundo PREVCOM Crédito Privado Institucional, posteriormente aprovada pela Diretoria Executiva e ainda sujeita à manifestação do Comitê Gestor, bem como a adoção de maior flexibilidade operacional entre aplicações em fundos caixa e LFTs, no contexto do fortalecimento da gestão própria de liquidez. Encerrando o item, o Presidente Demetrius registrou avaliação positiva sobre o aprofundamento do acompanhamento da carteira e ressaltou a importância do monitoramento contínuo dos investimentos, mesmo considerando seu horizonte de longo prazo. Questionou como os estudos em andamento estavam incorporando os riscos relacionados ao comportamento da inflação, das taxas de juros e do cenário econômico. Hugo esclareceu que, diante das incertezas fiscais, econômicas e eleitorais, a Diretoria optara inicialmente por trabalhar com cenários mais amplos para o cálculo da fronteira eficiente, permitindo ajustes posteriores conforme a evolução das variáveis. Informou que os resultados dos estudos de fronteira eficiente estavam previstos para setembro, seguindo-se a manifestação dos Comitês Gestores em outubro e a submissão da Política de Investimentos ao Conselho Deliberativo em

novembro. Dando continuidade ao **terceiro item, Apresentação da Minuta da Política Contábil**, a Diretora Vanessa informou que a política vigente datava de outubro de 2021 e que, diante das alterações normativas ocorridas desde então e da publicação de novo modelo de referência pela ABRAPP e ANCEP, a Fundação realizou revisão integral do documento. A Supervisora Tatiana apresentou a proposta, esclarecendo que a Política Contábil estabelece os princípios e procedimentos utilizados no reconhecimento, registro e evidenciação das operações da Entidade e que sua atualização buscava reforçar a governança, os controles internos, a transparência e a conformidade regulatória. Destacou, entre as principais alterações, a adequação às normas vigentes aplicáveis às EFPC, a ampliação das disposições relacionadas à gestão de riscos e salvaguarda documental, a formalização dos critérios de rateio das despesas administrativas e das regras do Fundo Administrativo, o aprimoramento dos critérios de mensuração dos investimentos, a inclusão do tratamento das operações compromissadas e a formalização dos procedimentos relacionados às antecipações de contribuições, contingências, depreciação e amortização. Vanessa informou que a minuta já havia sido analisada pelas áreas envolvidas, inclusive pelas Diretorias de Investimentos e de Seguridade, e que a formalização no âmbito da Diretoria Executiva ocorreria após a coleta das contribuições dos órgãos de governança. Durante os debates, Demetrius ponderou que o Conselho Deliberativo havia anteriormente manifestado interesse em contar com apreciação prévia do Conselho Fiscal e questionou a forma adequada de formalização dessa manifestação. Após os esclarecimentos de Vanessa, ficou acordado que a minuta, o quadro comparativo e os demais documentos seriam encaminhados aos Conselheiros para análise, concedendo-se prazo aproximado de dez dias para apresentação de eventuais contribuições. Demetrius informou que, após esse período, avaliaria com a Secretaria Executiva a forma de formalização da manifestação do Conselho Fiscal, inclusive por concordância eletrônica dos membros, caso suficiente, ou mediante convocação de reunião extraordinária, se necessária, buscando viabilizar o encaminhamento da matéria ao Conselho Deliberativo. Dando continuidade ao **quarto item, Demonstrações Financeiras**, Tatiana apresentou as Demonstrações Financeiras referentes ao mês de junho de 2026. Informou ativo total de R$ 5,562 bilhões, com crescimento de 1,6% em relação a maio, carteira de investimentos de R$ 5,466 bilhões, patrimônio social de R$ 5,458 bilhões, fundos previdenciais e administrativos de aproximadamente R$ 175 milhões e recurso garantidor de R$ 5,463 bilhões. Na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, apresentou saldo inicial de R$ 5,388 bilhões, adições de R$ 108,183 milhões, deduções de R$ 38,377 milhões e acréscimo líquido de R$ 69,806 milhões, resultando no patrimônio social final informado. Destacou a evolução acumulada do patrimônio desde dezembro de 2025, de R$ 520,354 milhões, equivalente a 10,54%, e do Fundo Administrativo, de R$ 20,726 milhões, equivalente a 21,36%. Informou, ainda, saldo atualizado das antecipações de contribuições de patrocinadores de R$ 19,620 milhões, a reversão do Plano MT para saldo positivo no Fundo Administrativo e a redução progressiva dos déficits dos demais planos que ainda apresentavam saldo negativo. Na rentabilidade das cotas previdenciais, registrou resultados acumulados no ano próximos de 6,4% na maior parte dos planos, com os planos RG, RG-UNIS e RP apresentando percentuais inferiores aos demais. Prosseguindo com o **quinto item, Relatório de Acompanhamento do Orçamento**, Tatiana informou que, no acumulado até junho de 2026, as receitas realizadas somaram R$ 34,329 milhões, 2% acima do orçado, enquanto as despesas totalizaram R$ 19,776 milhões, 23% abaixo do orçamento. Destacou que a remuneração das antecipações de contribuições encontrava-se 54% acima do previsto em razão da atualização pelo IPCA; que as provisões contingenciais estavam 27% acima do orçado, influenciadas pela incidência de PIS e Cofins sobre as receitas administrativas e pelo resultado positivo do PGA; e que haviam sido registrados R$ 101 mil em reversões de recursos aos planos de benefícios. Informou que o resultado financeiro alcançou R$ 8,253 milhões, 79% acima do orçado, e que o resultado do exercício totalizou R$ 20,726 milhões, 90% acima da projeção para o período. Apresentou, por fim, os indicadores de gestão acompanhados conforme a Resolução CNPC nº 62/2024, registrando que a maioria apresentava resultado acima do esperado e que os demais permaneciam próximos dos parâmetros projetados. Na sequência, no **sexto item, Relato sobre a duplicidade cadastral das contas do FGTS**, a

Diretora Vanessa contextualizou que, durante a migração do sistema de folha de pagamento ocorrida em 2022, foram geradas matrículas distintas para os mesmos empregados em razão da forma de tratamento dos zeros à esquerda, resultando na existência simultânea de duas contas vinculadas do FGTS. Informou que a inconsistência foi identificada em 2024 e que a Fundação promoveu o reprocessamento das informações dos empregados ativos, desligados e inativos, restabelecendo a matrícula original, mas que, em junho de 2026, foi emitida a Notificação de Lançamento do FGTS Confessado – NLFC nº 300031017, no valor histórico de R$ 283.400,40, referente a depósitos realizados entre março e julho de 2024 em conta diversa daquela reconhecida pelo sistema. O Assessor Pedro esclareceu que os valores haviam sido efetivamente recolhidos e individualizados nas contas dos trabalhadores, porém a divergência cadastral fazia com que o sistema interpretasse a existência de vínculos distintos. Informou que a Fundação impetrou Mandado de Segurança buscando suspender a exigibilidade do lançamento e promover a regularização das contas, tendo sido indeferida a medida liminar e negado provimento ao Agravo de Instrumento, permanecendo o processo judicial em andamento. Relatou também a lavratura do Auto de Infração nº 30.003.061-4, com multa de R$ 85.020,12, contra o qual foi apresentada defesa administrativa, cuja exigibilidade permanecia suspensa enquanto pendente de julgamento. O Presidente Demetrius questionou os possíveis impactos da situação sobre a Fundação e seus patrocinadores, tendo Vanessa informado que eventual irregularidade fiscal poderia produzir reflexos em processos institucionais que exijam manutenção da regularidade, embora não houvesse impacto identificado naquele momento. A Conselheira Adriana questionou se a PREVCOM se encontrava inscrita no CADIN, e Pedro esclareceu que não, pois a exigibilidade da multa permanecia suspensa em decorrência da defesa administrativa, acrescentando que eventual desembolso seria suportado pelo PGA, sem impacto direto sobre os planos de benefícios. O Diretor-Presidente, Sylvio explicou que a divergência decorreu de risco operacional materializado durante a migração sistêmica e informou que também seria avaliada eventual responsabilidade da empresa envolvida na implantação, além das alternativas de regularização, entre elas o estorno dos valores recolhidos na conta incorreta e novo pagamento das guias. O Conselheiro Sultani manifestou entendimento de que a decisão sobre o encaminhamento definitivo não caberia ao Conselho Fiscal, mas ressaltou a necessidade de acompanhamento próximo da matéria diante de futuras migrações de sistemas. O Presidente Demetrius solicitou expressamente que constasse em ata a manifestação do Conselho Fiscal quanto à necessidade de acompanhamento permanente da questão e de que, após resultado concreto das providências administrativas e judiciais em curso, a matéria fosse encaminhada para decisão tempestiva da instância competente, inclusive ao Conselho Deliberativo, caso aplicável, especialmente diante de eventual necessidade de reforço orçamentário para pagamento ou antecipação de valores. Vanessa ponderou que alinharia previamente com a Presidente do Conselho Deliberativo a competência para eventual apreciação do tema, considerando seu caráter operacional. Na sequência, no **sétimo item, Monitoramento das Obrigações Legais**, a Assessora-Chefe Renata informou que não havia obrigações legais recorrentes em atraso, registrando dez obrigações já iniciadas, porém com prazos de vencimento ainda em curso. Esclareceu que, na posição apresentada, a Fundação permanecia em conformidade com as obrigações monitoradas. Prosseguindo, Renata apresentou o **oitavo item, Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação do Mapa de Riscos**, informando a conclusão de duas ações vinculadas ao risco de processamento incorreto de informações, em razão da implantação de área segura no sistema para recebimento direto dos arquivos encaminhados pelos entes patrocinadores, reduzindo a manipulação manual das informações. Informou que, na posição de 14 de agosto de 2026, 75 dos 170 entes cadastrados, equivalentes a 44%, já utilizavam o novo canal, permanecendo necessária a migração gradual dos demais. Esclareceu que, diante da conclusão das providências técnicas pela Diretoria de Tecnologia da Informação, seria proposta a transferência das ações remanescentes para a Diretoria de Seguridade, acompanhada de nova avaliação dos riscos. O Diretor-Presidente, Sylvio solicitou apoio para acelerar a adesão dos patrocinadores ao novo procedimento, ocasião em que Leonardo recomendou formalmente que a PREVCOM expedisse ofício, por processo SEI, dirigido à autoridade máxima de cada ente ainda não aderente,

estabelecendo prazo a partir do qual os arquivos não seriam mais recebidos por outros meios e dando ciência à Controladoria Geral do Estado; persistindo o descumprimento, recomendou que a situação fosse escalada aos órgãos de controle competentes. Sylvio manifestou concordância com o encaminhamento proposto e agradeceu. Renata relatou, ainda, os avanços das ações relacionadas à continuidade de negócios e à segurança cibernética, destacando a aprovação do Plano de Continuidade de Negócios, a realização de testes de recuperação de desastres nos sistemas críticos e a utilização dos serviços estaduais de monitoramento de segurança, além da evolução do processo de contratação de seguro cibernético. Registrou também o andamento das iniciativas voltadas ao fortalecimento sistêmico, à capacitação de gestores e fiscais de contratos e ao aperfeiçoamento dos controles sobre as informações prestadas no relacionamento institucional. Na sequência, no **nono item da pauta, Relatório de Atividades e Acompanhamento dos Planos de Ação dos Órgãos de Controle – Auditoria Interna**, a Chefe da Auditoria, Sueli apresentou a posição dos planos de ação considerados mais relevantes sob a ótica da Auditoria Interna, informando a existência de 37 planos ativos em acompanhamento, sendo 15 vencidos e 22 vincendos, além da conclusão de três planos no período. Esclareceu que foi aberta às Diretorias responsáveis a possibilidade de apresentar à Auditoria Interna e ao Comitê de Auditoria (COAUD) as justificativas para os atrasos e propostas de novos prazos, de acordo com os fluxos e alçadas definidos no Manual de Auditoria Interna. Destacou os avanços relacionados à segurança da informação e continuidade de negócios, com previsão de realização de teste de intrusão (PENTEST) ainda em 2026; à revisão das políticas de recuperação e gestão de mudanças; às ações de LGPD; às políticas de sucessão e avaliação dos órgãos de governança; à declaração de tolerância a riscos; à automação dos processos de investimentos; à reestruturação do quadro de pessoal; à análise de viabilidade do PGA; e ao atendimento das recomendações de transparência formuladas pelo Tribunal de Contas do Estado. Sueli destacou, ainda, a evolução do Programa de Integridade, que alcançou aproximadamente 40% de execução, com avanço da revisão do Código de Conduta e submissão à ABRAPP, em 7 de agosto, de solicitação relacionada ao selo de autorregulação em governança corporativa. Informou a conclusão dos planos relacionados a perda e vazamento de dados apontados pela PREVIC, em razão das medidas de segurança implantadas em conjunto com a Secretaria de Gestão e Governo Digital, bem como do plano relacionado à revisão dos perfis de acesso ao MJ-PREV, ressaltando que os controles de segurança continuariam sujeitos a validação, inclusive pelo PENTEST previsto para o semestre. Prosseguindo com o **décimo item, Planejamento da Substituição do MJDS e Estratégia de Armazenamento de Dados**, Alessandro apresentou o planejamento para substituição da atual solução de gestão previdenciária e administrativa, informando que o processo de contratação se encontrava em tramitação e que a implantação seria realizada de forma faseada, com período de convivência entre os sistemas destinado a preservar o histórico e a integridade das informações. Esclareceu que a estratégia contempla maior domínio institucional sobre a infraestrutura e os dados da Fundação. O Conselheiro Sultani ressaltou a importância de preservar a continuidade do projeto ao longo das mudanças de gestão, incorporar os novos empregados provenientes do concurso ao processo e assegurar que eventual apoio externo resulte em efetiva transferência de conhecimento. Alessandro e Sylvio esclareceram que a estratégia adotada prevê justamente a internalização progressiva das competências necessárias. Na sequência, no **décimo primeiro item, Apresentação Balanço de 2 (dois) anos de Gestão**, o Diretor-Presidente, Sylvio apresentou síntese das ações realizadas pela atual gestão e da visão estratégica para os próximos anos, estruturada nos pilares de preservação da solidez institucional, aprimoramento de processos, governança e relacionamento e desenvolvimento de novas formas de atendimento às necessidades dos participantes. Destacou a evolução do número de participantes, do patrimônio administrado e da presença institucional da PREVCOM junto aos entes patrocinadores. O Conselheiro Sultani ponderou que a expansão da Fundação deve permanecer compatível com o fortalecimento de sua estrutura operacional, tecnológica, de dados e de governança, de modo a assegurar crescimento sustentável. Sylvio informou que o programa de fortalecimento sistêmico, a gestão de riscos e o aprimoramento da governança foram estruturados justamente para acompanhar

essa expansão. Por fim, no **décimo segundo item, Relatos e Comunicações da Diretoria Executiva**, o Diretor-Presidente, Sylvio informou o andamento das iniciativas relacionadas à consolidação da gestão de riscos, mapeamento de processos, proteção de dados e fortalecimento das competências internas da Fundação. Em resposta a Demetrius sobre o concurso público e o orçamento, esclareceu que o orçamento e o planejamento seriam submetidos aos colegiados dentro do cronograma previsto, encontrando-se a proposta orçamentária praticamente concluída e a respectiva Nota Técnica em elaboração. Informou que o Conselho Deliberativo havia sido convidado a indicar um membro para acompanhar previamente o processo orçamentário e estendeu a possibilidade ao Conselho Fiscal, caso o colegiado entendesse conveniente indicar representante. Acrescentou que o planejamento estratégico abrangeria o período até 2028 e incorporaria indicadores específicos para acompanhamento do programa de fortalecimento sistêmico. Não havendo outras manifestações ou assuntos a tratar, o Presidente declarou encerrada a 173ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal. Eu, Paulo Alessandro da Silva Bueno, Secretário Executivo, lavrei e subscrevo a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros presentes.

Demetrius Queiroz do Rêgo Barros

Presidente do Conselho Fiscal

Adriana Azevedo Pannunzio

Conselheira

André Arcas de Souza

Conselheiro

Leonardo José Mattos Sultani

Conselheiro

Documento assinado eletronicamente por **Adriana Azevedo Pannunzio**, **Conselheiro**, em 22/09/2026, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Andre Arcas De Souza**, **Membro**, em 22/09/2026, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Demetrius Queiroz Do Rego Barros**, **Conselheiro**, em 24/09/2026, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Jose Mattos Sultani**, **Conselheiro**, em 24/09/2026, às 19:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Alessandro da Silva Bueno**, **Assessor I**, em 24/09/2026, às 19:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0121324446** e o código CRC **8BACF090**.